

Anexo ao Balanço exercício de 2025

Identificação

A entidade A Gralha - Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo, com o NIF 504405470, é uma associação, constituída em 03-08-1999, tendo sede em Porto Covo, exercendo a atividade de ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, das Normas Contabilística e de Relato Financeiro para ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

As quantias relativas ao período de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias de 2025.

Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e a sua apresentação assentou nos seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar à venda.

A diferença entre o custo e o valor líquido realizável é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

Os testes de imparidade são realizados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade; ou
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os saldos contas a receber e das contas a pagar estão mensurados ao custo menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ou pagamento ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo ou passivo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo ou passivo não corrente.

Os Instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados, no enquadramento presente da empresa no seu sector, nas expectativas de evolução do negócio e na concretização da estratégia delineada para o futuro próximo.

Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados.

Na eventualidade de os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, serão as mesmas corrigidas em resultados de forma prospetiva, sendo, contudo, convicção da gerência que alterações não colocam em causa os valores apresentados nas presentes demonstrações.

Alterações nas políticas contabilísticas

No período não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas.

Alterações nas estimativas contabilísticas

Não houve alterações nas estimativas contabilísticas.

Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas nos períodos apresentados. Adicionalmente, não foram detetados ou reconhecidos quaisquer erros materiais.

Adoção pela primeira vez da NCRF-PE

A entidade preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) do ESNL desde 2012.

Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

Os ativos fixos tangíveis (mesmo os que se encontrem arrendados) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Subsequentemente, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas dos principais ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Descrição	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	6 a 8
Outros ativos	4 a 6

Nos períodos de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício atual

Exercício de 2025

	Ed. e outras Terrenos	Equipam. construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administrat.	Ativo fixo em curso	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2025			83.485,84				83.485,84
Aquisições			39.634,07				39.634,07
Revalorizações							
Alienações			97.863,33				97.863,33
Saldo final em 31 de Dezembro de 2025 (A)			25.256,58				25.256,58
Deprec. e perdas p/impar. acum.							
Saldo em 31 de Dezembro de 2025							
Depreciações do exercício							
Perdas por imparidade							
Saldo final em 31 de Dezembro de 2025 (B)							
Valor líquido (A) – (B)			25.256,58				25.256,58

Exercício anterior

Exercício de 2024

	Ed. e outras Terrenos	Equipam. construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administrat.	Ativo fixo em curso	Total
Ativo Bruto							
Saldo inicial			97.734,54				97.734,54
Aquisições			9.578,81				9.578,81
Revalorizações							0,00
Alienações			23.827,51				23.827,51
Saldo final em 31 de Dezembro 2024 (A)			83.485,84				83.485,84
Deprec. e perdas p/impar. acum.							
Saldo inicial							0,00
Depreciações do exercício							0,00
Perdas por imparidade							0,00
Saldo final em 31 de Dezembro 2024 (B)							
Valor líquido (A) – (B)			83.485,84				83.485,84

Restrições, garantias e compromissos

Não se verificaram restrições garantias e compromissos.

Revalorizações efetuadas

Não houve revalorizações efetuadas durante o período.

Ativos intangíveis

Não se aplica.

Custos de empréstimos obtidos

Não foram obtidos empréstimos

Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários são mensurados ao custo ou, se inferior, pelo valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais e de serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

A imputação dos gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal de produção das instalações.

Como fórmula de custeio dos inventários a entidade adota o custo médio ponderado, pelo que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Quantia escriturada

	2025		2024			
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	116,36		116,36	116,36		116,36
Matérias-primas, subs.e de consumo						
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiant. por conta de compras						

Quantia de inventários reconhecida como gasto

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado do seguinte modo:

	2025			2024		
	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total
Saldo inicial	116,36		116,36	4.527,46		4.527,46
Compras	30.130,89	-23,80	30.107,09	30.044,09	-97,26	29.946,83
Regularizações						
Saldo final	116,36		116,36	116,36		116,36
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	30.130,89		30.130,89	34.455,19		34.455,19

Rendimentos e gastos

Divulgações gerais

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento, determinada com base em autos de medição.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não se verificam a existência de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Provisões

Não se verifica a existência de provisões no exercício.

Passivos contingentes

Não se verifica a existência de passivos contingentes no exercício.

Subsídios do Governo e apoios do Governo

No final de 2025 a empresa apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios do governo:

- Apoio ao investimento no montante de 7.870,50 euros em 2006 na presenta data apresenta um saldo de 4.722.45 euros, irá terminar no ano de 2055, a imputação anual é de 157,41 euros.
- Comparticipação do acordo cooperativo das IPSS o montante 43.344,49 euros.
- Apoio à contratação do IEFP o montante de 306,69 euros.
- Apoio ao Projeto Porto Covo com Vida o montante de 16.555,44 euros.

No final de 2024 a empresa apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios do governo:

- Apoio ao investimento no montante de 7.870,50 euros em 2006 na presenta data apresenta um saldo de 4.879.86 euros, irá terminar no ano de 2055, a imputação anual é de 157,41 euros.
- Comparticipação do acordo cooperativo das IPSS o montante 40.354,92 euros.
- Apoio da Camara Municipal de Sines o montante de 11.796,75 euros.
- Apoio à contratação do IEFP o montante de 3.026,35 euros.

Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

Cotação de mercado de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Não se aplica.

Reconciliação das quantias escrituradas nas rubricas do capital próprio

No quadro seguinte, evidenciam-se os aumentos e reduções ocorridos nas rubricas do capital próprio:

2025	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Capital subscrito	68.492,98			68.492,98
Ações (quotas próprias)				
Outros instrum. de cap. próprio				
Prêmios de emissão				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	11.709,54		7.948,78	3.760,76
Excedentes de revalorização				
Ajust. e outras var. cap. próprio	4.879,86		157,41	4.722,45

Ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor

Não se verifica a existência de garantias no período.

Dívidas da entidade

A antiguidade das dívidas da entidade decompõe-se do seguinte modo:

	< 1 ano	Entre 1 e 5 anos	> 5 anos
Dívidas a Instituições de crédito			
Adiantamentos de clientes	321,73		
Fornecedores – Conta corrente	2.109,53		
Fornecedores – Títulos a pagar			
Outras dívidas	15.745,06		
...			
Diferimentos	3.794,35		
Total	21.970,67		

Dívidas à entidade com duração residual superior a um ano

No período findo em 2025, as dívidas à entidade com duração residual superior a um ano decompõem-se do seguinte modo:

	Valor no fim do período
Clientes c/corrente gerais	3.806,75
Clientes Tit. Receber gerais	
...	
Clientes de Cob. Duvidosa	
Clientes c/ corrente Empresa-mãe	
Clientes Tit. Receber Empresa-mãe	
...	
Capital subscrito e não realizado	
Diferimentos	
Total	

Benefícios dos empregados

O número médio de empregados no ano de 2025 foi de 12 e de 11 em 2024.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que são indicativos de condições surgiram após a data de relato não dão lugar a ajustamentos às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas se forem considerados materiais.

As demonstrações financeiras para o exercício de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em março de 2026.

Após o termo do período e até à presente data não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que, não afetando as quantias reconhecidas, tenham impacto financeiro material no futuro.

Agricultura

Não se verificaram atividades agrícolas no período.

Contratos de construção

Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

Não se verificaram contratos de construção no período.

Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

Não se verificaram contratos de construção no período.

Contratos em curso à data do balanço

Não se verificaram contratos de construção no período.

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não houve valores despendido pela entidade em Investigação e Desenvolvimento no período.

Não existem valores em dívida vencida nem planos prestacionais relativamente à Segurança Social.

Outras informações

Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas

Nos períodos findos em 2025 e 2024, não se registaram transações com partes relacionadas.

Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e despendidas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas como gastos do período, exceto se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pela NCRF 26 – Matérias Ambientais.

No final de 2025 e 2024, não se encontrava registado qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

A empresa não registou, em qualquer daqueles períodos económicos, gastos com multas e outras penalidades por incumprimentos de normas ambientais ou qualquer ocorrência de carácter extraordinário.

O Contabilista Certificado

A Direção